

## **TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0015.111673/2019-43**

**OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual aquisição de material de consumo técnico para atender a Agência De Defesa Sanitária Agrossilvopastoril Do Estado De Rondônia - IDARON.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 192/2019/SUPEL-CI publicada no DOE do dia 13.09.2018**, em atenção **A INTENÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM EIRELI**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

### **I – DA ADMISSIBILIDADE**

A empresa **INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM EIRELI**, CNPJ: **30.019.250/0001-34**, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno contra a empresa **IMPOL COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI**, CNPJ Nº **15.335.703/0001-48**, no **item 31** e anexou suas razões de recurso junto ao Sistema Comprasnet, conforme consta nos autos ([8464073](#)).

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, por **reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo considerado **TEMPESTIVO** e encaminhado **POR MEIO ADEQUADO**.

### **II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A recorrente, denominada como **INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM EIRELI**, manifestou sua intenção recursal conforme síntese a seguir:

“A proposta da recorrida não atendeu ao exigido no item 11.5.2 do Edital, por isso não permitiu a consistente avaliação dos itens. O documento previsto no item 6.2 do Edital está ausente e não pode ser acrescido depois (item 11.7 e 13.10.4).”

Já nas razões recursais, menciona que a recorrida, **IMPOL COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI**, descumpriu as cláusulas descritas no item 11 do Edital, senão vejamos:

- Ausência de devida prova da condição de ME/EPP;
- Ausência de PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO;
- Referência à marca INTERLABEL na proposta sem autorização do fabricante;
- Marca, fabricante e modelo divergente da proposta inicial;
- Indício de subcontratação;
- Falta de prova de sustentabilidade ambiental;
- Omissão da recorrida acerca dos documentos de habilitação, necessidade de aplicação do Art. 7º da Lei 10.520/2002;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

Sob a temática da devida prova de condição de ME/EPP por parte da recorrida, discorre a recorrente que o Pregão Eletrônico 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, logo se faz necessário comprovar o porte da empresa através de certidão emitida pela Junta Comercial conforme Art. 8º, IN DNRC 103/2007, e TC 012.213/2014-4 – Plenário do Tribunal de Contas da União:

“Documento hábil para comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte é a certidão expedida pela Junta Comercial.”

Menciona ainda que a recorrida deixou de apresentar prospecto/folder/catálogo do produto ofertado e ainda cita a marca INTERLABEL sem a devida permissão, não obstante a recorrente pormenoriza que a proposta eletrônica da empresa **IMPOL** é divergente na marca, fabricante e modelo da proposta anexada no item 31:

Proposta registrada no sistema  
“Marca: petroplast; Fabricante: petroplast; Modelo: 15cm x 0,5”

Nesse sentido, a empresa **INTERLABEL** sugere que a marca “petroplast” não pertence à recorrida culminando em um indício de subcontratação, ato vedado no instrumento convocatório em seu item 22.

Por fim, pondera a recorrente que a licitante **IMPOL** não comprovou a sustentabilidade ambiental, item 6.2 do Termo de Referência, em observância ao Art. 5º da Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MPOG e Art. 6º do Decreto nº 21.264/2016, gerando assim omissões ocorridas no certame devendo fazer cumprir o Art. 7º da Lei nº 10.520/02, uma vez que a Administração está obrigada a atender o Edital.

Ao final, a recorrente requer o que se expõe abaixo:

1. Provimento do recurso;
2. Inabilitação da recorrida;
3. Reconsideração da decisão de aceitar e habilitar a recorrida;
4. Aplicação do Art. 7º da Lei nº 10.520/02 como exposto pelo Edital;

### **III – DAS CONTRARRAZÕES DOS RECURSOS**

Informamos que a recorrida não apresentou suas contrarrazões para o caso em tela.

### **III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO**

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos,

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento.

Preliminarmente, destaca-se que os produtos ofertados no Pregão Eletrônico 384/2019/SUPEL/KAPPA foram devidamente submetidos ao Órgão requisitante do objeto conforme exposto no Edital, item 9.1.1, senão vejamos:

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

9.1.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

Não obstante, após a devida análise do objeto, os autos retornaram à comissão para que emitisse a seguinte decisão:

DESPACHO  
De: IDARON-PROCLAS  
Para: SUPEL-KAPPA  
Processo Nº: 0015.111673/2019-43  
Assunto: Aquisição de Material

Prezado Senhor,

Após análise das propostas apresentadas, informamos que os materiais atendem as necessidades desta Agência, conforme descrito no Termo de Referência.

Atenciosamente.

Renato da Costa Mello  
Gerente Substituto

Com base nisso, o(a) Pregoeiro(a) emitiu a análise técnica, promoveu a aceitação e, posteriormente, habilitação da recorrida, afastando assim qualquer vício na análise das propostas por parte desta douta comissão, uma vez que a proposta incompatível com objeto requerido é submetida à desclassificação conforme item 9.2 do instrumento convocatório:


Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

Item 9.2 – Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

Entretanto, realizando verificação no comprasnet acerca da proposta digital e anexo do item 31, é possível ratificar aquilo que a recorrente elenca em sua peça recursal visando a discrepância entre o registro da proposta e documento anexado, senão vejamos:

Imagem 1 – Proposta eletrônica IMPOL

<b>Item: 31 - LACRE SEGURANÇA</b>		<b>Qtde Solic: 25.000</b>	<b>Qtde Aceita: 0</b>	<b>Valor Estimado: R\$ 41.250,0000</b>
<b>Tratamento Diferenciado:</b> Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP				
<b>Aplicabilidade Decreto 7174:</b> Não				
<b>Aplicabilidade Margem de Preferência:</b> Não				
				
15.335.703/0001-48	COMERCIO SERVICOS REPRESENTACOES EIRELI	E 25000	43.750,0000	30/09/2019 10:00:28:050
<div><b>Marca:</b> petroplast <b>Fabricante:</b> petroplast <b>Modelo / Versão:</b> 15cmx0,5</div>				

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

E ainda:

Imagem 2 - Proposta anexada IMPOL

**IMPOL**  
**COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 384/2019/SUPEL/RO**  
**CARTA PROPOSTA**

**À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO**

Prezados Senhores:

Apresentamos a V. Sª., nossa proposta de preços de fornecimento de ENVELOPE, LACRE E MOTOPODADOR pelo preço global de R\$ 73.520,00 (setenta e três mil, quinhentos e vinte reais) nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	Envelope plástico de segurança, com lacre inviolável, fechamento em adesivo inviolável, modelo EATJ39 e medidas de 22 cm larg. X 34,5 cm alt. (Descrito no Adendo I - Modelo de Envelope / Prot. Sei 6797564)	Und	5.000	Veloplastic	2,96	14.800,00
31	Lacre adesivo de vinil para sacaria de sementes, material altamente resistente que seja utilizado em condições de difícil aderência, apresentando durabilidade aproximada de 4 (quatro) anos, medidas 12x12cm( comprimento x largura), personalizado em 3 cores. (Sem Modelo)	Und	25.000	Interlabel	1,60	40.000,00

É evidente o erro cometido pela recorrida, sendo possível observar que sua proposta não obedece ao item 9.1.1 do Edital, sendo ela punível com desclassificação, vejamos:

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Item 9.1.1 - O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

Nesse quesito assiste razão à recorrente, uma vez que há uma irregularidade entre a proposta cadastrada no sistema e aquele contida no anexo do item 31.



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

Todavia é válido ressaltar que ausência de prospecto/folder/catálogo não enseja em recusa da proposta por parte do(a) Pregoeiro(a), pois os itens 11.2.1 e 11.5.1.1 do Edital estabelecem os seguintes temas - proposta incompatível e convocação da proposta:

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Item 11.2.1 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

E ainda:

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Item 11.5.1.1 - Caso haja dúvida na especificação do objeto ofertado, a Pregoeira, antes da aceitação do item poderá convocar as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS, com o item devidamente atualizado do lance ofertado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, ANEXANDO NO SISTEMA COMPRASNET, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO;

Nesse sentido a desclassificação por não encaminhamento de folder/prospecto/catálogo não encontra respaldo no instrumento convocatório.

Já sobre o indício de subcontratação por menção à marca de terceiros, é dever desta doughta comissão informar que subcontratar consiste em entregar parte do fornecimento do bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato segundo entendimento da Corte de Contas da União o que não é possível verificar no certame em comento, uma vez que a recorrida possa estar indicando a marca de terceiro no intuito de revender.

“Subcontratação consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado.” (4. ed. Brasília: TCU, 2010)

Menciona a recorrente que não autorizou a empresa **IMPOL** a utilizar sua marca e modelo neste Pregão, sob esse aspecto ressaltamos que a Administração, bem como esta doughta comissão de licitação, está isenta de interferência nos negócios jurídicos de terceiros, tendo em vista que esse ato negocial tem regime jurídico distinto do Público, não obstante frisamos que as licitantes são responsáveis pelos seus atos e transações realizadas no Pregão Eletrônico conforme itens 5.3.7 e 8.1.1 do Edital.

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

5.3.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

[...]

8.1.1. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inciso III, Art. 13, Decreto nº 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inciso IV, art. 13, Decreto nº 12.205/2006).

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

Por fim, sobre a ausência de condição da recorrida ser Microempresas e Empresas de Pequeno Porte informamos que as licitantes devem atender à Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações para fruir o benefício conforme item 6.1 do Edital:

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

6.1. As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos.

Com base nisso, a supracitada LC considera como ME/EPP as empresas que se enquadrem nas características abaixo, senão vejamos:

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

Considerando o exposto para fins determinísticos do porte empresarial da recorrida, passamos a verificar seu Balanço Patrimonial abaixo:

Imagem 3 – Balanço patrimonial da recorrida

IMPOL COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI(78504)			
CNPJ: 15.335.703/0001-48			
Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 1380, SALA B, CENTRO, Porto Velho, RO			
Balanço de Resultado Econômico Analítica de 01/01/2018 até 31/12/2018			
Diário :8 Folha: 40			
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita Bruta			
Receita sobre Vendas			
Revenha de Mercadorias	3-4-01-01-02	1420	323.893,06C
<b>=Receita sobre Vendas</b>			<b>***323.893,06C</b>
<b>=Receita Bruta</b>			<b>***323.893,06C</b>



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/06/2019 10:08 SOB Nº 20190206837.  
PROTOCOLO: 190206837 DE 04/06/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11902520370. NIRE: 11600035726.

IMPOL COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

LEILSON COSTA DE SOUZA  
SECRETÁRIO-GERAL  
PORTO VELHO, 04/06/2019  
[www.empresafacil.ro.gov.br](http://www.empresafacil.ro.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação

Conforme a imagem contida acima, o porte da empresa se enquadra nos termos legais da LC nº 123/2006 como ME/EPP, não obstante vejamos aquilo que ficou estabelecido no instrumento convocatório em seu item 5.3.9:

Edital do Pregão 384/2019/KAPPA/SUPEL/RO

5.3.9 Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta encontra-se em conformidade com as exigências previstas neste Edital, ressalvados os casos de participação de microempresa e empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal.

Logo, além do requisito legal da receita bruta, o Edital estabeleceu que bastaria declarar em campo próprio do sistema eletrônico o atendimento às regras impostas pelo instrumento convocatório.

A fim de dirimir todos os pontos elencados, informamos que o Edital não replicou o item 6 do Termo de Referência, senão vejamos o seu teor:

Termo de Referência

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1. A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**  
Palácio Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos, 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.

Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Art. 6º, do Decreto nº 21.264/2016, da Governo do Estado de Rondônia, no que couber.

6.2. A licitante deverá apresentar certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou Instituição Credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o objeto fornecido cumpre com as exigências do Edital.

Ao observar a redação do item 6, pertencente ao Termo de Referência, verificamos que o momento de apresentação do certificado não fora determinado no decorrer do procedimento licitatório, fase de classificação ou habilitação, devido a isso o Edital não replicou tal normativa, não obstante, devido o Edital ter sido silente ao tema em tela, salientamos que a certificação ou qualquer outro meio de prova poderá ser requerida na execução do contrato, uma vez que a redação do item 6.2 menciona objeto fornecido, por parte do Órgão solicitante do objeto.

#### **IV - DA DECISÃO**

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o(a) Pregoeiro(a), consubstanciado(a) pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, reformando decisão exarada na **Ata do Pregão Eletrônico nº 384/2019/SUPEL/KAPPA do dia 10/10/2019**, que **ACEITOU e HABILITOU** a empresa **IMPOL COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI** no **item 31**.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 23 de Outubro de 2019.

**Róger Martins Cardoso**  
Pregoeiro Substituto Equipe Kappa/SUPEL  
Mat. 30013791